

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ
Instrução Normativa

Número de Publicação: 42815

Instrução Normativa nº 002/2009, DE 22/09/2009

Disciplina a fiscalização de convênios de natureza financeira celebrados entre organismos da administração pública municipal e entidades privadas sem fins lucrativos.

O Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, em especial as contidas no Art. 27, da Lei Complementar 25/1994,

RESOLVE:

Art. 1º. Para a formalização de convênio entre organismos da administração pública municipal e entidades privadas sem fins lucrativos, o pretenso conveniente comprovará condições para consecução do objeto e que tem atribuições regimentais ou estatutárias relacionadas com o mesmo.

Art. 2º. Para o disposto nesta Resolução, considera-se:

I – convênio – instrumento através do qual a administração pública municipal transfere recursos financeiros a entidades privadas para a realização de atividades de interesse público;

II – interesse público – caracteriza-se com a realização de evento ou programa posto à disposição de toda a comunidade, mesmo que limitado a determinado número de participantes;

III – concedente – organismo da administração pública municipal direta ou indireta que efetue a transferência dos recursos financeiros para a execução do objeto do convênio;

IV – conveniente – órgão privado sem fins lucrativos recebedor dos recursos e responsável pelo desenvolvimento do objeto do convênio;

V – termo aditivo – instrumento que introduz modificação no convênio, formalizado antes de seu encerramento, vedado seu uso para alterar o objeto;

VI – objeto – o produto final do convênio, observados o programa de trabalho e as suas finalidades;

Art. 3º. O convênio será requerido, através do responsável pelo organismo privado sem fins lucrativos, diretamente ao prefeito ou ao titular de secretaria ou organismo, com a comprovação das condições estabelecidas no art. 1º desta Instrução.

§ 1º – Acompanharão o requerimento de formalização do convênio:

I – plano de trabalho;

II – cópia do CNPJ do pretenso conveniente, emitida em até 30 dias;

III – endereço completo da entidade;

IV – cópias da carteira de identidade, CPF, comprovante de residência do representante legal da entidade;

V – declaração do representante legal da entidade de que está não se encontra em situação de mora ou inadimplência junto a qualquer órgão da administração pública federal, estadual ou municipal;

VI – conta bancária em bancos públicos, quando houver no município específico, para receber e movimentar os recursos do convênio;

VII – certidões negativas do TCE, TCM e TCU;

VIII – projeto social, destacando a parcela da sociedade a ser atendida;

IX – cópias autenticadas de atas de constituição, eleição e posse da diretoria registradas; e

X – cópia autenticada do Estatuto devidamente registrado.

§ 2º – Em caso de o objeto do convênio se reportar a obra de construção, reforma ou ampliação de imóveis, além dos documentos constantes do artigo anterior, o organismo deverá apresentar:

I – projeto básico, caracterizando a obra ou serviço, custos, etapas, prazo para execução com previsão de início e término;

II – coleta de preços; e

III – certidão do cartório de registro de imóveis comprovando a propriedade do imóvel.

Art. 4º. É vedado e assim deverá o convênio consignar expressamente em suas cláusulas:

I – pagamento, a qualquer título, de empregado do quadro de pessoal da conveniente, exceto os contratados especificamente para a realização do objeto do convênio;

II – utilizar os recursos para atividades diversas das estabelecidas no convênio;

III – realizar despesas fora do prazo de vigência;

Art. 5º. Compete ao organismo concedente fiscalizar a execução dos convênios de que trata esta Instrução, dentro do prazo de execução e de prestação de contas do convênio.

§ 1º – É facultado aos agentes fiscalizadores da concedente orientar ações que devam ser adotadas para corrigir disfunções que possam ocorrer na execução.

§ 2º – Os agentes fiscalizadores poderão sugerir a suspensão de repasse de parcelas vincendas ante a comprovação de que não houve regular aplicação de recursos de parcela já liberada.

Art. 6º. O concedente apresentará relatório final de fiscalização em até 30 dias após o término do convênio, encaminhando cópias ao conveniente e ao TCM-PA.

§ 1º – Tratando-se de liberação de recursos em parcelas mensais, o concedente efetuará fiscalização trimestral, cujos relatórios acompanharão o relatório final.

§ 2º – Caso o concedente constate em fiscalização trimestral a ocorrência de qualquer irregularidade, suspenderá o repasse das parcelas vincendas e comunicará imediatamente ao Tribunal de Contas do Estado ou da União, na hipótese de parte do repasse corresponder a verba oriunda de outro ente federado.

Art. 7º. O responsável pelo organismo conveniente encaminhará, por ocasião da prestação de contas, a comprovação da execução do convênio, juntando os documentos necessários para tanto,

constituindo-se de:

I – fotografias de eventos de caráter público;

II – relação de pessoas beneficiadas, inclusive com seus endereços, quando se tratar de cursos, seminários e eventos assemelhados;

III – recibo dos beneficiários, quando se tratar de convênio para repasse a outras pessoas físicas ou jurídicas; e

IV – outros documentos necessários à comprovação da execução do convênio.

Parágrafo Único – Se os documentos de que trata este artigo forem solicitados pelo concedente a quando de fiscalização, deverá lhe ser entregue em cópia, para que os originais integrem a respectiva prestação de contas.

Art. 8º. O conveniente anexará os relatórios trimestrais e final de fiscalização ao processo de prestação de contas ou justificará que não lhes foram entregues.

Art. 9º. Esta Instrução entrará em vigor no prazo de 120 dias, contado a partir da sua publicação.